

**DILEMAS DE UM REVISOR DE TEXTOS:  
transformando paradigmas**

**DILEMMAS OF A PROOFREADER:  
transforming paradigms**

Lilian Márcia Ferreira Divan<sup>1</sup>

**RESUMO**

Este ensaio se propõe a apresentar um estudo de caso, a fim de discutir os dilemas enfrentados pelos revisores de texto no que diz respeito às variações da língua, especificamente, ao uso da norma culta e da norma-padrão, conceitos definidos de acordo com as visões de Faraco (2008) e Bagno (2008). Analisa-se a atitude de uma revisora de texto para solucionar uma divergência, quanto ao uso do clítico, ocorrida entre o autor de um livro de medicina e a instituição que publicará o livro. Ao se deparar com dados conflitantes da norma, quanto aos quais não há consenso entre os gramáticos ou a norma-padrão parece muito artificial, distante dos usos reais da língua culta, a revisora precisa usar seus conhecimentos linguísticos para desenvolver um senso crítico que lhe permita tomar decisões importantes para o bom desenvolvimento do texto. Essas decisões têm implicações variadas, desde repercussões na qualidade de seu trabalho até repercussões mais amplas, que dizem respeito à contribuição para mudança de paradigmas e eliminação de preconceitos.

**Palavras-chave:** Clíticos. Norma padrão. Norma culta.

**ABSTRACT**

This essay aims to present a case study to discuss the dilemmas faced by a proofreader regarding language variations, specifically, the use of the usage-based norm and the prescriptive norm, concepts defined according to the views of Faraco (2008) and Bagno (2008). It analyzes the attitude of a proofreader to solve a divergence regarding the use of the clitic, which occurred between the author of a medical book and the institution that will publish the book. When faced with conflicting norm data, on which there is no consensus among the grammarians or the standard norm seems very artificial, far from the actual uses of the cultured language, the proofreader needs to use her linguistic knowledge to develop a critical sense that allows her to make important decisions for the proper development of the text. These decisions have varied implications, from repercussions on the quality of their work to broader repercussions, which concern the contribution to paradigm shift and elimination of prejudices.

**Keywords:** Clitics. Prescriptive norm. Usage-based norm.

**1. A TRADIÇÃO GRAMATICAL BRASILEIRA**

Sabemos que a língua é um sistema dinâmico e vivo que muda através dos tempos. Estudiosos de todas as épocas procuraram sistematizar o estudo da língua. Gramáticos da Antiguidade contribuíram para analisar o funcionamento da língua, mas seu interesse, segundo

---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Revisora de textos.  
E-mail: [lillianferreira2021@gmail.com](mailto:lillianferreira2021@gmail.com)

Bagno (2004), se concentrava nas línguas grega e latina, assim, todo o aparato criado por eles se adequava ao grego e ao latim. Como aponta Faraco (2017), “[...] o modelo de descrição gramatical criado pelos gregos é insuficiente para descrever toda a complexidade de uma língua ou para dar conta da enorme diversidade gramatical das línguas do mundo” (FARACO, 2017, p. 4).

No que diz respeito à língua portuguesa falada no Brasil, no século XIX, foi instituída a norma padrão, com a finalidade de estabelecer uma unidade linguística e combater as variações e mudanças existentes (FARACO 2004). O processo normatizador foi estabelecido a partir de escritores portugueses do século XVI ao XIX, não levando em consideração a fala dos brasileiros cultos. Isso fez com que membros letrados da elite se sentissem mais próximos da sociedade europeia. De acordo com Bagno (2002):

A notável repulsa da elite brasileira por seu próprio modo de falar o português encarna, sem dúvida, a continuação no tempo desse espírito colonialista, que se recusa atribuir qualquer valor ao que é autóctone, sempre visto como primitivo e incivilizado (BAGNO, 2002, p. 180).

Posteriormente, no Brasil, foram elaborados vários compêndios chamados gramáticas, que se basearam nessa norma estabelecida desde o século XIX para construir seu conjunto de regras e preceitos sobre o funcionamento da língua. A tradição gramatical brasileira não buscou as raízes do português falado no Brasil para estabelecer a norma culta, antes tomou como modelo a língua dos portugueses. Além disso, basearam-se, exclusivamente, na língua escrita e em autores selecionados, os clássicos do passado (BAGNO, 2002). Assim se formou a tradição gramatical brasileira, que, segundo Bagno (2000), abrange três componentes: gramática tradicional, gramática normativa e comandos paragramaticais.

Por gramática tradicional, entende-se um conjunto de ideologias e concepções de língua que servem de orientação para a gramática normativa. Esta, por sua vez, dá materialidade verbal à gramática tradicional. Os comandos paragramaticais são tentativas autoritárias de imposição da norma padrão ou da norma culta idealizada pela tradição gramatical brasileira. São formados por redes de jornais, *sites*, revistas e outros meios de comunicação que ditam regras de como escrever corretamente.

## **2. NORMA CULTA E NORMA PADRÃO**

É importante ressaltar que o termo “norma culta”, que se referia a um ideal de língua buscado pelos gramáticos da tradição gramatical, recebeu um significado diferente por parte dos atuais estudiosos da linguagem. Bagno (2008) diferencia norma culta de norma padrão:

É preciso distinguir a norma culta, “que é a língua falada e escrita pelos brasileiros com acesso à cultura letrada, da “norma padrão”, fonte de preconceito social, que não é língua de ninguém, é só um ideal de língua, cada vez mais distante e difícil de ser alcançado” (BAGNO, 2008, p. 1).

Norma culta, então, segundo a definição de Bagno (2008), é um termo técnico que diz respeito à língua efetivamente usada pelos falantes cultos, ou seja, falantes com escolaridade superior completa e que pertencem ao espaço urbano. Logo, no presente trabalho, norma culta refere-se à língua utilizada pelos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita (FARACO, 2008) e norma padrão é definida como “um modelo de língua, um ideal a ser alcançado, um construto sociocultural que não corresponde de fato a nenhuma das muitas variedades sociolinguísticas existentes em território brasileiro” (BAGNO, 2012, p. 25).

Com o avanço da pesquisa científica, surgiram estudos linguísticos que contribuíram para o aperfeiçoamento das gramáticas tradicionais. Atualmente, podemos perceber mudanças em gramáticas que sugerem usos reais da língua, diferentes do padrão nelas idealizado. Entretanto, ainda há um longo caminho a percorrer em direção à criação de gramáticas que expressem a realidade da língua efetivamente em uso.

Costa, Rodrigues e Pena (2011) destacam que o revisor precisa extrapolar os limites da tradição gramatical, não se prendendo à norma padrão, ou ao ideal de língua, mas deve analisar a situação comunicativa dos textos que lhe chegam à mão para propor alterações que tornem possível a adequação do texto às suas condições de produção e recepção.

Entre os dilemas enfrentados pelo revisor, escolher entre a norma padrão e a norma culta do português brasileiro é, muitas vezes, um dos mais difíceis de ser resolvido e pode causar transtorno tanto para o revisor quanto para o autor do texto. É com base nesse dilema que apresento, a seguir, este estudo de caso. Os nomes dos participantes foram modificados para preservar suas identidades.

### **3. A COLOCAÇÃO DO PRONOME CLÍTICO: entendendo o caso**

Trata-se de um caso de divergência, quanto à colocação pronominal, entre o autor de um livro digital com conteúdo sobre medicina e um curso preparatório que publicaria o livro. A revisora Luciana foi contratada por Fernando, médico e professor do curso preparatório para concursos de residência médica, para revisar seus livros.

Os livros produzidos pelo professor eram enviados para a revisora e, depois de devidamente revisados e devolvidos para o autor, eram enviados para o curso e submetidos à avaliação de outros revisores, alunos do curso, que avaliariam os livros segundo cinco critérios: 1) adequação ao tema; 2) fluidez do texto, aproximação ao aluno e segurança na transferência

do conhecimento; 3) respeito à língua portuguesa; 4) criatividade e adequabilidade das imagens, fluxogramas etc.; 5) tempestividade e adequação das respostas às questões.

A nota de cada critério variava entre ótimo, bom, regular, ruim e péssimo e, ao final, havia uma nota geral do conteúdo. Dependendo da avaliação dos alunos revisores, o pagamento do professor poderia ser aumentado ou diminuído. Se o livro fosse avaliado na nota geral como “ótimo”, o professor receberia 25% a mais sobre o valor do livro; se o livro fosse avaliado como “bom”, o professor receberia o valor combinado; se fosse avaliado como “regular”, o professor perderia 25% do valor do livro e, se as notas atribuídas fossem “ruim” e “péssimo”, o livro teria que ser reescrito. Posteriormente, o livro passaria ainda pela revisão dos revisores profissionais contratados pelos dirigentes do curso antes de ser publicado.

Assim, o trabalho da revisora seria de grande importância não só para a publicação do livro, mas também para o valor da remuneração recebida pelo professor, já que havia dois critérios (2 e 3) que tinham muito a ver com o processo de revisão de textos.

Em vários trechos dos livros, havia figurinhas que chamavam a atenção do aluno, bem como quadros nos quais o autor dialogava com o leitor. Os professores autores eram orientados, em seus livros, a serem mais pessoais com o aluno e a incentivá-lo a estudar, convidando-o para uma pausa de vez em quando. Em um desses quadros em que o professor dialogava com o aluno, Fernando escreveu o seguinte:

“Você pode estar se perguntando, mas e as próteses biológicas? São uma contraindicação ao uso dos DOACs?”

Os alunos revisores consideraram um erro o uso da próclise ao verbo principal (você pode estar se perguntando), avaliaram mal o livro, mudaram o texto e transformaram a próclise em ênclise todas as vezes em que ela apareceu nos quadros de diálogo:

“Você pode estar perguntando-se: mas e as próteses biológicas? São uma contraindicação ao uso dos DOACs?”

Fernando pediu à revisora Luciana que fornecesse bases para que ele pudesse questionar a nota recebida. Citando suas palavras, ele disse “eu acho que fica até esteticamente feio o jeito que eles colocaram, sabe”, demonstrando sua percepção de que a frase soou artificial, algo que não parece estar na fala corrente dos brasileiros cultos. Depois ele mesmo resolveu modificar a frase, mas não usou a ênclise ao verbo principal, como sugerido pela norma padrão, retirando apenas o gerundismo, segundo suas próprias palavras. A sentença ficou assim: “você pode até se perguntar [...]”.

Luciana coletou informações no “Novo dicionário de dúvidas da língua portuguesa”, de Evanildo Bechara, e no “Dicionário de dificuldades da língua portuguesa, de Domingos

Paschoal Cegalla, para atender à solicitação de Fernando. A explanação da revisora foi repassada para a coordenadora dos revisores profissionais, que aceitou o questionamento do professor e orientou os revisores, tanto os alunos quanto os profissionais, a mudarem seus padrões avaliativos. Vejamos o material coletado pela revisora:

Evanildo Bechara, em seu “Novo dicionário de dúvidas da língua portuguesa”, menciona dois casos para o uso dos pronomes oblíquos átonos na locução verbal: auxiliar + infinitivo e auxiliar + gerúndio. De acordo com o autor, nesses casos, o pronome átono poderá aparecer proclítico ao auxiliar, enclítico ao auxiliar (ligado por hífen) e, mais raro de acontecer, enclítico ao verbo principal (ligado por hífen). Ele ainda afirma que o pronome átono proclítico ligado ao verbo principal sem hífen ocorre com mais frequência no Brasil, seja na língua falada ou escrita.

Domingos Cegalla, em sua obra “Dicionário de dificuldades da língua portuguesa”, destaca que os pronomes oblíquos átonos são colocados junto ao verbo auxiliar e junto à forma nominal (gerúndio ou infinitivo) e diz que, na maioria das vezes, é lícita mais de uma colocação, citando, como um dos exemplos, Rubem Braga: “E nosso caso com as Teixeiras foi se agravando...”

BECHARA, Evanildo. **Novo dicionário de dúvidas da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira. Edição do Kindle, 2018, p. 325.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário de dificuldades da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. de acordo com a nova ortografia. Edição do Kindle. 2009, p. 320.

### **3.1. O que as gramáticas dizem sobre a colocação pronominal**

Agora vamos analisar o que as gramáticas dizem sobre o assunto. Cunha e Cintra (1985) afirmam que a posição lógica do pronome átono é a ênclise, já que ele funciona como objeto direto ou indireto do verbo. Entretanto, há casos, de acordo com os autores, em que se evita essa colocação, sendo esses casos divergentes na norma portuguesa e na norma brasileira. Os gramáticos apresentam as seguintes regras para a colocação dos clíticos:

- 1) Mesóclise - Só é possível com formas do futuro do presente ou do futuro do pretérito. Nestes casos, é possível também a próclise.
- 2) Próclise- com um só verbo, a próclise é preferida:
  - a) nas orações que contêm palavra negativa, quando entre ela e o verbo não há pausa;
  - b) nas orações iniciadas com pronomes e advérbios interrogativos;
  - c) nas orações iniciadas por palavras exclamativas e nas orações que exprimem desejo;
  - d) nas orações subordinadas desenvolvidas;
  - e) com gerúndio regido da preposição “em”;
  - f) com verbo antecedido de certos advérbios (bem, ainda, já, sempre, só, talvez etc.) ou expressões adverbiais e sem pausa entre eles;
  - g) quando a oração, em ordem inversa, se inicia por objeto direto ou predicativo;
  - h) quando o sujeito da oração, anteposto ao verbo, contém o numeral “ambos” ou algum dos pronomes indefinidos;
  - i) nas orações alternativas.

Nas locuções verbais com verbo principal no infinitivo ou no gerúndio, Cunha e Cintra (1985) afirmam que:

- 1) Ênclise:
  - a) sempre pode haver ênclise ao verbo principal;
  - b) a ênclise ao verbo auxiliar é possível quando não se verificam as condições que aconselham a próclise.
- 2) Próclise:
  - a) a próclise ao verbo auxiliar é possível quando as condições exigidas para a anteposição do pronome a um só verbo ocorrem.

Quando o verbo principal está no particípio, o pronome átono não pode vir depois dele, tendo que estar proclítico ou enclítico ao verbo auxiliar, de acordo com as normas expostas para um só verbo.

Os autores (CUNHA; CINTRA, 1985) apresentam ainda uma seção que trata especialmente da colocação dos pronomes átonos no Brasil, destacando a possibilidade de se iniciarem frases com os pronomes átonos no português brasileiro e de haver, nas locuções verbais, próclise ao verbo principal, estando ele no infinitivo, no particípio ou no gerúndio.

Outro compêndio consultado foi o Dicionário de dificuldades da língua portuguesa, de Cegalla (2012). O autor destaca que a próclise é de rigor quando houver palavra que “atrai” o pronome antes do verbo. São palavras atrativas:

- a) aquelas de sentido negativo (não, nunca, ninguém, nada etc.);
- b) os pronomes relativos que e quem;
- c) as conjunções subordinativas;
- d) certos advérbios;
- e) certos pronomes indefinidos.

O autor afirma ainda que a mesóclise ocorre somente no futuro do presente e no futuro do pretérito do indicativo (desde que não haja palavra que atraia a próclise) e destaca que é colocação exclusiva da língua culta formal e da modalidade literária. Quanto à ênclise, não se coloca pronome oblíquo depois do particípio. A ênclise ocorre nos seguintes casos:

- a) nas frases iniciadas pelo verbo, desde que não esteja no futuro, já que não se pospõe pronome átono ao futuro do indicativo;
- b) nas orações reduzidas de gerúndio, quando não houver palavra atrativa;
- c) nas orações imperativas afirmativas;
- d) com o infinitivo não flexionado, precedido da preposição a, nos casos dos pronomes o, a, os, as.

Nas locuções verbais, Cegalla (2012) explica que pode haver mais de uma colocação, com os pronomes oblíquos átonos se colocando junto ao verbo auxiliar ou junto à forma nominal (infinitivo, gerúndio). Ele destaca que, no Brasil, os pronomes átonos se juntam geralmente ao infinitivo, sendo uma colocação própria do português brasileiro, que não deve ser censurada, pois é um fato linguístico inquestionável, segundo as palavras do autor. Nos casos de verbo auxiliar + gerúndio, Cegalla (2012) chama a atenção para o fato de que os brasileiros preferem juntar os pronomes oblíquos ao gerúndio e não ao verbo auxiliar, não devendo tal colocação ser censurada, pois é peculiaridade da fala brasileira, diferente da fala lusitana.

Uma outra peculiaridade do português do Brasil destacada por Cegalla (2012) é a colocação dos pronomes átonos nos tempos compostos. Na língua culta formal, os pronomes pessoais átonos se unem ao verbo auxiliar e não ao particípio. Entretanto, no português do Brasil, mesmo entre pessoas cultas, o pronome oblíquo se une ao particípio. Finalmente, Cegalla (2012) afirma que não se inicia frase com pronome oblíquo na língua culta.

Vejamos o que diz mais um autor sobre a colocação pronominal. De acordo com Bechara (2003), o pronome átono pode assumir três posições em relação ao verbo: posposto ao vocábulo tônico, (ênclise); anteposto ao vocábulo tônico (próclise); interposto ao vocábulo tônico (mesóclise).

Os exemplos apresentados pelo autor para os casos de ênclise, próclise e mesóclise são, respectivamente, “deu-me a notícia”, “não me deu a notícia”, dar-me-ás a notícia”. Ele elenca os critérios para a colocação dos clíticos, mencionando os casos em que o pronome se relaciona a um só verbo e os casos em que o pronome se relaciona a mais de um verbo. Em seguida, Bechara (2003) discorre sobre cinco critérios para a colocação do pronome átono:

- 1) não se deve usar pronome átono em início de período;
- 2) não se pospõe pronome átono a verbo flexionado em oração subordinada, com exceção para o caso em que pode ocorrer ênclise na segunda oração subordinada quando ela está coordenada à outra e quando se intercalam palavras ou oração na subordinada, gerando uma pausa antes do verbo;
- 3) quando o verbo for modificado diretamente por advérbio, não se pospõe pronome átono;
- 4) não se usa ênclise com verbos conjugados no futuro do presente ou do pretérito;
- 5) emprega-se próclise com orações iniciadas por palavras interrogativas ou exclamativas.

Em relação a uma locução verbal, mais especificamente em relação à situação em questão neste estudo, na qual o verbo auxiliar se une a um gerúndio, Bechara (2003) afirma que (desde que não sejam refutados os princípios mencionados em relação a um só verbo) o

pronome átono pode aparecer proclítico ou enclítico ao auxiliar ou enclítico ao principal, apresentando os seguintes exemplos: “eu estou-lhe falando”, “eu lhe estou falando” e “eu estou falando-lhe”, sendo que, este último, ocorre mais raramente, segundo o autor.

Diferente das gramáticas tradicionais, a Gramática do Português Brasileiro, de Ataliba T. de Castilho (2010), toma os usos da língua portuguesa pelos brasileiros como ponto de partida. Castilho salienta que, no Brasil, os pronomes átonos ocorrem preferencialmente antes do verbo, diferente do que ocorre em Portugal, onde predomina a posição enclítica. Com relação aos tempos compostos, o autor relata uma maior ocorrência do clítico anteposto ao verbo principal no português brasileiro. Já no português europeu, a preferência é pela ênclise ao auxiliar.

Outra obra consultada, a Gramática Houaiss, de Azeredo (2010), também tem como objeto de análise a variedade padrão do português brasileiro escrito em uso. Azeredo (2010) diz que as regras de colocação dos pronomes oblíquos átonos estão condicionadas a fatores de ordem sintática, prosódica e sociocomunicativa.

Em relação aos fatores sociocomunicativos, o autor afirma que é preciso levar em conta a variedade de língua empregada e a situação discursiva como fatores que influenciam na escolha da posição dos pronomes, havendo diferenças entre os registros formal e informal e as variedades culta e popular da língua.

De acordo com o gramático, a ênclise do pronome é um traço de formalismo tanto na fala quanto na escrita, tratando-se, assim, de uma escolha que tem a ver com a situação comunicativa e que pode revelar um alto grau de monitoramento ou até mesmo um certo artificialismo do discurso. O autor destaca ainda que, quando o verbo principal é gerúndio ou infinitivo, a ênclise ocorre em contextos de formalidade. Assim também a próclise ou a ênclise do verbo auxiliar ocorre em registros formais e na modalidade escrita.

#### **4. NORMA-PADRÃO OU NORMA CULTA? A escolha da revisora: ponderando a questão**

Observamos, no que foi exposto na seção anterior, que a gramática tradicional prescreve o uso apontado pelos alunos revisores do curso preparatório, entretanto, o próprio autor da gramática (BECHARA, 2003) afirma que seu uso é raro. Além disso, Bechara (2018) destaca que entre os brasileiros ocorre o pronome átono proclítico ao verbo principal, sem hífen, “eu estou lhe falando” e chama a atenção para o fato de que “a gramática clássica, com certo exagero, ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome átono, salvo se o infinitivo estiver precedido de preposição: “Começou a lhe falar”.

Na seção especial em que discorrem sobre a colocação dos pronomes átonos no Brasil, Cunha e Cintra (1985) também destacam que é possível haver próclise ao verbo principal, estando ele no particípio, no infinitivo ou no gerúndio, diferente do que ocorre em Portugal.

Já Cegalla (2012) afirma que no Brasil, nos casos de verbo auxiliar + gerúndio, há uma preferência por juntar os pronomes oblíquos ao gerúndio e não ao verbo auxiliar. O autor chama a atenção para o fato de que essa colocação não deve ser censurada, pois é peculiaridade do português brasileiro.

Diferente das gramáticas tradicionais, as gramáticas descritivas, ou gramáticas dos usos, apontam um padrão diferente para a colocação dos clíticos no Brasil. Ataliba T. de Castilho confirma que os pronomes átonos no Brasil ocorrem preferencialmente antes do verbo e que, em locuções verbais, há uma maior ocorrência dos clíticos antepostos ao verbo principal.

Já em Azeredo (2010), outra gramática de usos consultada, percebemos que a colocação dos clíticos está condicionada, entre outros, a fatores sociocomunicativos, fazendo com que a variedade da língua e a situação discursiva influenciem na posição dos pronomes. A ênclise é vista como um traço que pode revelar um certo formalismo do discurso, como bem observado pelo autor do livro deste estudo de caso, que considerou a escrita dos alunos dos revisores “esteticamente feia”, ou, em outras palavras, não apropriada para a situação comunicativa em questão.

Percebemos, no caso exposto, que Luciana se viu diante de um dilema complexo. Ao fazer a primeira revisão do livro, a revisora fez a escolha pela norma culta efetivamente em uso em vez de escolher a norma padrão, considerando apropriada a colocação pronominal de Fernando, pois, além de a próclise do verbo principal ser uso comum entre os brasileiros cultos, como mencionado pelas gramáticas tradicionais e confirmado pelas gramáticas descritivas, seu uso, no livro revisado, ocorreu em um contexto mais informal, em que o professor dialogava diretamente com o aluno nas caixas de texto do livro.

Como afirma Coelho Neto (2008), é necessário que o revisor de texto desenvolva uma visão crítica, para que possa atuar no processo de interação entre o revisor e o autor do texto:

Parece-nos que é apreciável que o revisor deve conhecer as várias correntes, posicionar-se bem dentro de um contexto, tendo em mente a exata variedade linguística com que lida em um determinado trabalho de revisão textual. E desenvolver o bom senso, repetimos, cada vez mais, dentro de um processo democrático de interação revisor-autor [...] (COELHO NETO, 2008, p. 52)

Ao fazer sua escolha, a revisora colocou em xeque não só sua capacidade como profissional, mas também o sucesso profissional de seu cliente, já que este poderia não receber

o devido pagamento, caso seu livro fosse mal avaliado. Por outro lado, se Luciana modificasse a escrita de Fernando de acordo com a norma padrão, ela poderia fazer com que o texto se tornasse bastante formal, aparentando uma certa artificialidade e distanciando o autor do leitor, o que não era pretendido nem pelo autor do texto, nem pelos coordenadores do curso.

Cabe aqui mencionar que Luciana havia participado de um processo de seleção para revisores de texto, ocorrido no mesmo curso em que o seu cliente trabalhava, e havia sido reprovada no teste, pois, segundo as palavras da coordenadora, “é importante que a revisora saiba as regras de colocação do pronome”. Em conversa com Luciana, revisora formada em letras, a coordenadora, que é formada em jornalismo, afirmou que “os profissionais de letras não sabem português”, demonstrando um preconceito não só em relação ao que foge à prescrição da norma padrão do português, mas também aos profissionais ligados à linguística, o que nos leva a refletir sobre o papel do revisor de texto diante do preconceito linguístico e diante dos dilemas que lhe são apresentados no seu cotidiano profissional.

Ainda há um longo caminho a percorrer no sentido de uma mudança na questão do preconceito linguístico, mas é possível “praticar alguns pequenos atos subversivos, uma pequena guerrilha contra o preconceito” (BAGNO, 1999, p. 140). É imprescindível “conscientizar-se de que toda língua muda e varia” (BAGNO, 1999, p. 143). O que é *certo* hoje já foi *erro* no passado e o que é *erro* hoje pode vir a ser dado como *certo* no futuro. É preciso ainda “dar-se conta de que a língua portuguesa não vai nem bem, nem mal. Ela simplesmente vai, isto é, segue seu rumo, prossegue em sua evolução, em sua transformação, que não pode ser detida (a não ser com a eliminação física de todos os seus falantes)”. (BAGNO, 1999, p. 144).

É importante que nossa visão de mundo e nossa postura profissional andem de mãos dadas com as variações da língua, pois “a língua permeia tudo, ela nos constitui enquanto seres humanos. Nós *somos* a língua que falamos. A língua que falamos molda nosso modo de ver o mundo e nosso modo de ver o mundo molda a língua que falamos”(BAGNO, 1999, p. 144).

## **5. PALAVRAS FINAIS**

Escolher entre uma ou outra variedade da língua não é tarefa fácil, principalmente quando existem tantos fatores envolvidos. Ainda mais quando se trata de mudanças em relação à variedade padrão, prescrita nas gramáticas e nos manuais e livros dos comandos paragramaticais que agem no sentido de perpetuar uma língua idealizada, um padrão muito difícil de ser alcançado.

Apesar de não terem autoridade para alterar regras gramaticais, os revisores devem ter consciência da natural variação e mudança da língua e desenvolver uma postura crítica que lhes permita contribuir com o estabelecimento de uma norma padrão que reflita, de modo efetivo, a língua usada pelos falantes cultos do Brasil.

No caso que acabamos de analisar, percebemos a participação da revisora em analisar/escolher, sábia e criticamente, as intervenções que seriam feitas e em desenvolver o bom senso dentro do processo revisor-autor, se posicionando ao lado do autor do texto em prol de uma linguagem clara e real, que transmita a mensagem pretendida de acordo não só com as normas da língua, mas também respeitando a escolha estilística do autor dentro do processo comunicativo de um determinado contexto interacional.

Suas escolhas geraram, em um primeiro momento, conflito, já que o livro do professor Fernando foi mal avaliado, o que aventou a possibilidade de que ele perdesse parte de sua remuneração profissional. Entretanto, posteriormente, a decisão tomada pela revisora de seguir adiante com seu posicionamento levou a uma mudança de paradigma por parte dos coordenadores do curso, que passaram a considerar a mudança da norma padrão em relação a um fato da língua, a saber, a colocação do pronome átono.

Ao ter convicções firmes e levar adiante seus conhecimentos linguísticos em prol de seu cliente, a revisora pode contribuir não só para construir um bom relacionamento cliente-revisor, mas também para confirmar que o uso da próclise ao verbo principal é de uso corrente pelos falantes cultos do português brasileiro, contribuindo, assim, para a transformação do paradigma de uma língua idealizada, distante dos usos reais, e para reforçar o valor dos conhecimentos linguísticos dentro da área da revisão de textos, extrapolando, assim, como foi dito no início deste estudo, os limites da tradição gramatical brasileira, não se prendendo à norma padrão, mas analisando a situação comunicativa e adequando o texto às suas condições de produção e recepção.

Longe de apresentar uma solução, procuramos, neste ensaio, discutir as implicações das escolhas linguísticas feitas pelos profissionais que trabalham com a linguagem, mais especificamente os revisores de textos, e refletir sobre os problemas enfrentados por eles ao lidar com as prescrições da tradição gramatical brasileira no exercício de suas atribuições. Por meio da análise deste estudo de caso, pudemos refletir sobre a atitude do revisor de texto em relação às transformações da língua e sobre seu papel como um agente de mudança de paradigmas, sejam eles em relação à norma da língua propriamente dita ou em relação ao preconceito que sobre ela paira.

## REFERÊNCIAS

AZEREDEO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

BAGNO, Marcos. **Entrevista concedida ao jornal Extra Classe**. Extra Classe. Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2008/03/a-gramatica-rebelde/>.

BAGNO, Marcos. **Gramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social**. São Paulo: Loyola, 2000.

BAGNO, Marcos. Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. Cap. 9, p. 179-199.

BAGNO, Marcos. Norma linguística & preconceito social: questões de terminologia. **Veredas** - revista de estudos linguísticos, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 71-82, 2001.

BAGNO, Marcos. Norma linguística, hibridismo & tradução. **Traduzires**, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/traduzires/article/view/6652/5368>. Acesso em: 22 maio 2022.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico, o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

BECHARA, Evanildo, 1928- **Novo dicionário de dúvidas da língua portuguesa** [recurso eletrônico] / Evanildo Bechara ; Shahira Mahmud. 2. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2018. recurso digital. 2016

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal, 1920. **Dicionário de dificuldades de língua portuguesa** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012. 432 p., recurso digital.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: IBEP, 2009.

COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão: critérios para a revisão textual**. Brasília: Senac, 2008.

COSTA, Roger Vinícius; RODRIGUES, Daniella Lopes; PENA, Daniela Paula. Dificuldades no trabalho do revisor de textos: possíveis contribuições da linguística. **Revista Philologus**,

ano 17, n. 51, set./dez. 2011 – Suplemento. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. p. 74. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/51supl/05.pdf> (Links para um site externo.).

CUNHA, Celso; LINDLEY CINTRA, L. F. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desatando alguns nós. *In*: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da Norma**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. **O filólogo, o gramático e o linguista**. Postado por Carlos Alberto Faraco em Parábola Editorial, 2017. Disponível em: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/tres-especialistas-que-nao-se-excluem>. Acesso em 01.04.2022.

RODRIGUES, Thaís Leal. **Colocação pronominal em textos escritos no português do Brasil**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). 2020. 147p. - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.